



**A cavalaria medieval e a formação inicial de Jaime I como *rei cavaleiro*
no *Llibre dels Fets* (c. 1252-1274)**

**The medieval chivalry and the first formation of the James I as *chivalry-king*
in the *Llibre dels Fets* (c. 1252-1274)**

Luciano José Vianna¹

Resumo: Neste artigo, analiso brevemente a formação da cavalaria medieval e a construção da imagem real do rei Jaime I, o *Conquistador*. Especificamente, abordo a imagem cavaleiresca do rei, destacando os momentos iniciais de sua formação como *rei cavaleiro* no *Llibre dels Fets*.

Palavras chave: Jaime I; *Livro dos Feitos*; cavalaria.

Abstract: In this article I analyze briefly the formation of the medieval chivalry and the construction of royal image of the king James I, the *Conqueror*. Specificity, work up the image chivalrous of the king, featuring the first moments of your formation as chivalry-king in the *Llibre dels Fets*.

Keywords: James I; *Llibre dels Fets*; chivalry.

Os *defensores* são um dos três estados porque Deus quis que se mantivesse o mundo: e assim como aqueles que rogam a Deus pelo povo são chamados *oradores* e os que lavram a terra e fazem aquelas coisas que permitem aos homens viver e manter-se são chamados *lavradores*, outrossim, os que têm de defender a todos são chamados *defensores*.

Portanto, os antigos houveram por bem que os homens que fazem tal obra fossem muito escolhidos porque, para defender, são necessárias três coisas: esforço, honra e poderio (AFONSO, 2000: 99-100).

Formulado em meados do século X, o imaginário das três ordens ainda vigorava no século XIII. Neste trecho de *Las Siete Partidas* de Afonso X, o *Sábio* (1221-1284), há uma divisão ternária da ordem social estipulada por Deus para que o mundo se mantivesse em ordem.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Aluno do *Màster en Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana*, da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), 2008-2009. Bolsista (BCC) da *Agència de Gestió d'Ajuts Universitaris i de Recerca* (AGAUR), 2008-2009).

Entretanto, ela era apenas uma representação mental, construída por alguns religiosos em meados do século X. É o que percebemos nas palavras de Adalberón de Laon (977-1030), quando este bispo afirmou que a casa de Deus estava dividida em três partes. Além disso, tais partes não podiam ser separadas, e cada uma cumpria uma função específica:

A sociedade dos fiéis forma um só corpo, mas o Estado compreende três. Porque a outra lei, a lei humana, distingue duas outras classes: com efeito, nobres e servos não são regidos pelo mesmo estatuto. Duas personagens ocupam o primeiro lugar: uma é o rei, a outra o imperador; é pelo seu governo que vemos assegurada a solidez do Estado.

O resto dos nobres tem o privilégio de não suportar o constrangimento de nenhum poder, com a condição de se abster dos crimes reprimidos pela justiça real. São os guerreiros, protetores das igrejas; são os defensores do povo, dos grandes como dos pequenos, enfim, de todos, e asseguram ao mesmo tempo a própria segurança. A outra classe é a dos servos; esta raça infeliz apenas possui algo à custa do seu penar.

Quem poderia, pelas bolas da tábua de calcular, fazer a conta dos cuidados que absorvem os servos, das suas longas caminhadas, dos seus duros trabalhos? Dinheiro, vestuário, alimentação, os servos fornecem tudo a toda gente. Nem um só homem livre poderia subsistir sem os seus servos. A casa de Deus, que acreditam uma, está, pois, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. (ALDABERÓN DE LAON, 2000: 91).

Assim, todos tinham uma função. Uns rogavam a Deus: eram os oradores, aqueles que prezavam pela *segurança espiritual* da sociedade. Outros buscavam a segurança da sociedade, lutando com suas armas: eram os cavaleiros. A grande maioria lavrava a terra e sustentavam os demais: eram os lavradores, responsáveis pelo cultivo dos alimentos e pelos árduos trabalhos.

Na Espanha cristã do século XIII, o grupo dos *defensores*, ou *bellatores*, era formado por uma nobreza variada, composta desde *ricos-homens*, que possuíam notável prestígio econômico e político, até uma nobreza de segunda ordem, onde estavam os escudeiros. Além disso, existia também uma nobreza bem peculiar, representada pelos cavaleiros *villanos* ou cavaleiros populares (BEDJER, 1995: 111-117).

Antes do século XII, a palavra “cavalaria” significava as qualidades do cavaleiro ou uma ação digna de ser realizada por um cavaleiro. A partir da segunda metade do século XII, essa palavra passou a designar o conjunto dos cavaleiros, ou seja, o grupo especializado e movido por uma ética.

Por fim, já no século XIV, no decorrer da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), ela passou a definir confrarias destinadas a concentrar os adeptos de um grupo ou de uma convicção (LEVI, 1996: 148).

Na verdade, falar de cavalaria é falar ao mesmo tempo de sonho e realidade, uma forma de viver e de pensar que foi reflexo de uma sociedade (FLORI, 2002: 185-199).

Imagem 1 – Clérigo, cavaleiro e camponês



Aldobrandino de Siena, *Li Livres dou Santé*, vers 1285; British Library, Manuscrit Sloane 2435 f. 85. As três ordens, ou o *imaginário do feudalismo* (nas palavras de Georges Duby), alimentaram a mentalidade dos medievais. Na imagem acima há a representação de (da esquerda para a direita) um clérigo, um cavaleiro e um camponês. Observe que as vestes do clérigo e do cavaleiro são mais ornamentadas, mas detalhadas e se destacam mais em relação às vestimentas do camponês, que é vistoso, jovem. Além disso, cada um demonstra a “ferramenta” que utilizam em suas funções: o clérigo gesticula ao conversar com o cavaleiro, o que demonstra que ele domina as palavras; o cavaleiro porta um escudo laranja ornamentado, pois ele necessita dessa arma para defender a ele e a todos; e o camponês porta uma ferramenta (parecida com uma pá), pois precisa da mesma para trabalhar e sustentar a todos.

O que nos interessa aqui é o contexto da cavalaria no século XIII. Neste momento, ela estava inserida em uma ordem social, fazia parte do cotidiano das pessoas e estava integrada em uma mentalidade que estava formada há bastante tempo. Parte de um conjunto, ela era responsável pela harmonia do mesmo (FERNÁNDEZ, 2004: 98).

Estes homens necessitavam de muitos atributos. Deviam ser esforçados para demonstrarem o quanto conseguiam realizar em suas proezas. Nessa época, nada melhor a um guerreiro que sempre demonstrar vontade de vencer nas lutas. Esforço tanto para si quanto para Deus, pois os guerreiros que participaram das Cruzadas e da Reconquista espanhola estavam não somente

preocupados em conquistar honras e poderio, mas também em ser reconhecidos como guerreiros que lutavam para defender sua crença contra os infiéis (CARDINI, 2002: 473-487).

Eles não eram dispensados de ter honra, pois tal característica fazia com que o guerreiro estivesse adornado de uma áurea purificadora que o legitimava em suas ações cavaleirescas.

Além disso, ser honrado era indispensável a um cavaleiro, uma vez que ele era regido por um código de regras e de normas que o levavam a ter atitudes devidas e bem direcionadas para sua função (COSTA e NUNES, 2005).

Além disso, para se dedicarem à vida guerreira, deviam ter rendas para se sustentarem. Assim, falar de cavalaria é falar de homens que possuíam rendimentos, homens que eram sustentados pelo trabalho de uma imensa parte da população medieval, os camponeses.

Ao serem sustentados pelos *lavradores*, os cavaleiros tinham tempo para se dedicarem integralmente às suas ações cavaleirescas e se tornarem especialistas na arte da guerra.

No século XIII, trabalhar com as mãos não era uma atividade nobre, e a cavalaria, instituição ligada à nobreza, desprezava esta atividade produtiva e valorizava a largueza (ZIERER, 2004).

Em nosso trabalho dissertaremos brevemente sobre a formação da cavalaria e como a mesma foi sacralizada pelos *oratores*. Além disso, destacaremos como pensavam, como exerciam suas funções, como se relacionavam e como se comportavam.

Em um primeiro momento, nosso objetivo é, através da demonstração de um *histórico* da cavalaria, tentar nos aproximar um pouco da mentalidade deste grupo.

Em seguida, investigaremos a imagem inicial de Jaime I como *rei cavaleiro*. Além disso, relacionaremos o contexto da cavalaria no século XIII com a construção dessa imagem do rei.

I. A cavalaria secular

Imagem 2 – Hostes carolíngias em marcha



Fonte: *Psalterium aureum* (séc. IX). In:

Antes de serem direcionados para os ideais da Igreja, os cavaleiros pertenciam ao século, ao tempo: eram mundanos: Guerreavam. Saqueavam. Matavam. Por puro prazer: o prazer da guerra.

Dois documentos demonstram como era o comportamento dos cavaleiros na Europa medieval: as *guerras privadas*, também conhecidas por *fehde* ou *vendetta*, e os torneios. Assim, para nos aproximarmos desse universo, destacamos dois documentos. O primeiro é um documento que estabelece um juramento feito pelos cavaleiros e solicitado pelo bispo de Beauvais, Guérin, por volta de 1023-1025.

Não invadirei de forma alguma uma igreja. Em razão da sua salvaguarda também não invadirei as adegas que estão nos termos de uma igreja, salvo no caso de um malfeitor ter infringido esta paz, ou em virtude de um homicídio, ou da captura de um homem ou de um cavalo. Mas se por estes motivos eu invado as ditas adegas, não trarei nada a não ser o malfeitor ou o seu equipamento, com perfeito conhecimento.

Não atacarei o clérigo ou o monge se não trazem as armas do mundo, nem aquele que caminha com eles sem lança nem escudo; não tomarei o seu cavalo, salvo em caso de flagrante delito que me autorize a fazê-lo, ou a não ser que tenham recusado reparar a sua falta num prazo de quinze dias depois do meu aviso. Não tomarei o boi, a vaca, o porco, o carneiro, o cordeiro, a cabra, o burro, o feixe que traga, a égua e o seu potro não adestrado. Não agarrarei o camponês nem a camponesa, os sargentos ou mercadores, não ficarei com os seus dinheiros; não os arruinarei tomando-lhes os seus haveres sob o pretexto da guerra do seu senhor, e não os chicoteari para lhes retirar a sua substância. O macho ou a mula, o cavalo ou a égua e o potro que estão na pastagem, não despojarei ninguém deles, desde as calendas de Março até o Dia de Todos os Santos, salvo se os encontro a causarem-me danos.

Não incendiarei nem destruirei as casas, a não ser que aí encontre um cavaleiro inimigo ou um ladrão; a menos também que estejam adjuntas a um castelo que seja mesmo um castelo. Não cortarei, arrancarei ou vindimarei as vinhas de outrem, sob o pretexto da guerra, a não ser que estejam sobre terra que é e deve ser minha. Não destruirei os moinhos e não roubarei o trigo que aí se encontre, salvo quando estiver em cavalgada ou em expedição militar pública, e se for sobre a minha própria terra. Com perfeito conhecimento meu não concederei nem apoio nem proteção ao ladrão público e provado, nem a ele nem a seu empreendimento de banditismo. Quanto ao homem que conscientemente infringir esta paz, deixarei de protegê-lo, desde que o saiba; e se agiu inconscientemente e que venha a recorrer à minha proteção ou bem farei uma reparação por ele, ou bem obrigarei a fazê-la no prazo de quinze dias, depois do que estarei autorizado a pedir-lhes contas ou retirar-lhe-ei a minha proteção.

Não atacarei e nem despojarei o mercador ou o peregrino, salvo se cometerem uma má ação. Não matarei o gado dos camponeses, a não ser para a minha alimentação e da minha escolta. Não capturarei o camponês e não lhe retirarei a sua subsistência por instigação pérfida do seu senhor. Não atacarei as mulheres nobres, nem os que circularão com elas, na ausência do seu marido, a não ser que os encontre cometendo alguma má ação contra mim com o seu movimento; observarei a mesma atitude para com as viúvas e as monjas. Também não despojarei aqueles que transportam o vinho em carroças, e não ficarei com os seus bois.

Não prenderei os caçadores, os seus cavalos e cães, exceto no caso de serem nocivos a mim ou a todos aqueles que tomaram o mesmo compromisso e o observam para comigo (...) Desde o começo da Quaresma até a Páscoa não atacarei o cavaleiro que não use as armas do mundo e não lhe retirarei a subsistência que tiver consigo. Se um camponês fizer mal a um outro camponês ou a um cavaleiro, esperarei quinze dias; depois do que, se não fizer reparação desprender-me-ei dele, mas só tomarei de seus haveres o que está legalmente fixado.” (DUBY, 1986: 166-167).

Este documento representa o juramento feito por um cavaleiro que se comprometia a não mais atacar as igrejas, os religiosos, os camponeses, os mercadores, as mulheres, e todos os personagens que faziam parte deste cenário.

Observemos os verbos presentes no documento: invadir, atacar, despojar, tomar, agarrar, arruinar, chicotear, incendiar, destruir, cortar, arrancar e roubar. Todos esses verbos nos levam à conclusão de que estamos diante de uma sociedade violenta, ou melhor, de um comportamento violento por parte dos cavaleiros que apavorava o restante da população.

Ao fazermos uma *leitura inversa* desse documento podemos sentir o medo que as populações, principalmente os clérigos e os camponeses, tinham quando

viam uma horda de cavaleiros se aproximarem. Imaginemos: uma igreja sendo invadida, um clérigo sendo atacado, um camponês tendo seus haveres roubados, uma camponesa sendo presa, os mercadores e os peregrinos sendo despojados, uma pequena vila sendo incendiada...

Em resumo: um sentimento de pânico, medo, pavor, desespero. Esse terror aconteceu durante as *guerras privadas*, fato que ocorreu durante quase toda a Idade Média. Vingar-se era um dever do indivíduo lesado, mesmo após a morte. Entretanto, como o indivíduo isolado pouco fazia nessa sociedade em que a dependência entre os homens era grande, a *vendetta* pesava também sobre a linhagem à qual ele pertencia (BLOCH, 2001: 141). Assim, essas guerras revelam a forte solidariedade que existia entre esses homens (PERNOUD, s/d: 20).

A atitude de um indivíduo comprometia toda sua parentela. Nas palavras de Marc Bloch, “o sangue chamava o sangue”. Ao entrar em cena o grupo familiar, nascia a vingança dos parentes. Isso correspondia uma solidariedade de linhagem, a qual podia ser tanto ativa (por parte de quem atacava) quanto passiva (por parte de quem defendia) (BLOCH, 2001: 141-142).

Esses bandos de cavaleiros sustentaram a então insuportável insegurança do ano mil (DUBY, 1998: 98). Eram os senhores da guerra, representados pelos potentados locais, os castelões, os quais comandavam seus cavaleiros (FLORI, 2002: 185-199).

O segundo documento é o extrato do sermão 52, *Ad potentes et milites*, de Jacques de Vitry (c. 1160-1244), dirigido aos cavaleiros que participavam dos torneios:

Recordo-me de estar um dia a falar com um cavaleiro que freqüentava com gostos os torneios e para eles convidava outros cavaleiros enviando-lhes arautos e histriões para anunciar os torneios e não cria, assegurava ele, que essa espécie de jogo ou de exercício fosse pecado. No resto era, com efeito, muito devoto. Mas eu dediquei-me a mostrar-lhe que os sete pecados mortais acompanham os torneios. Não falta aos torneios o orgulho (*superbia*), pois que, para lisonja dos homens e para vanglória, andam os ímpios e os vaidosos nesse circuito. Não lhes falta a inveja (*invidia*), pois que cada um inveja o outro por ser considerado mais forte na luta e por chamar a si mais elogios. Não lhes faltam o ódio e a ira (*odium et ira*), visto que cada um fere o outro, o maltrata e, as mais das vezes, o fere de morte e o mata. Mas, com isso, incorrem no quarto pecado mortal, que é o desgosto ou tristeza (*acedia vel tristitia*): andam, com efeito, tão obcecados pela vaidade que todos os bens espirituais lhes parecem insípidos; e, quando não venceram o adversário e fugiram sob as suas invectivas, muitos se entristecem.

Não falta também nos torneios o quinto pecado mortal, ou seja, a cobiça ou o roubo (*avaritia vel rapina*), pois que cada um, quando prendeu o seu adversário, o põe a resgate e tira o cavalo, que cobiçava, e as armas àquele que venceu no combate. Por ocasião dos torneios, impõem pesadas e insuportáveis exações, roubam sem piedade os bens dos seus homens, não receiam calcar a pés e dispersar as messes nos campos e lesam e molestam grandemente os pobres camponeses.

Estes torneios não estão livres do sexto pecado mortal, a gula (*castrimargia*), pois eles convidam e fazem-se convidar para festins e para neles sacrificar às pompas deste mundo: gastam em comezainas supérfluas não só os seus bens como o dos pobres e, com a pele de outrem, fazem largos cintos: ‘Quando os reis estão loucos, os Gregos são vencidos’ (Horácio, *Epístolas*, I, 2, 14). Não lhes falta o sétimo pecado mortal, a que se chama luxúria (*luxuria*), já que pretendem agradar às mulheres impudicas fazendo-se valer nos combates e levando, até, como insígnias, certos objetos femininos à guisa de bandeira. Também, por causa dos crimes e crueldades que ali são cometidos, pelos homicídios e efusões de sangue, a Igreja recusou sepultura cristã aos que morrerem em torneios. ‘Os ímpios andam no circuito’ (Salmos, 11, 9). ‘Com uma mó de asno’, isto é, no circuito de uma vida penosa, ‘são afogados nas profundezas do mar’, ou seja: nas profundezas da amargura e do tormento (Mateus, 18, 6).

Quando o sobredito cavaleiro ouviu estas palavras e reconheceu abertamente a verdade, que até então ignorara, assim como dantes gostara de torneios assim passou a odiá-los. Com efeito, muitos pecam por ignorância e, se ouvissem e buscassem cuidadosamente a verdade, nunca mais pecariam, tal como aqueles soldados que interrogavam cuidadosamente João Batista: ‘E nós, que devemos fazer?’ E ele respondeu-lhes que não deviam usar de violência em ninguém nem caluniar ninguém com acusações falsas ou fraudulentas e que deviam contentar-se com os seus salários que, segundo o testemunho de Agostinho, foram instituídos para os soldados a fim de evitar que, procurando com que viver, se apossassem por meios violentos de bens alheios” (JACQUES DE VITRY, 1994: 278-279).

Os torneios foram uma atividade na qual os cavaleiros se lançaram prazerosamente. Surgida no século XII, era uma atividade considerada profana pelos clérigos, uma vez que estava impregnada de morte e de lucro (COSTA, 2006). Além disso, tanto a perda de qualquer membro do corpo quanto a perda da própria vida nestas lutas fez com que a Igreja as condenasse, chegando a impor a pena de excomunhão para os seus participantes (PREVITÉ-ORTON, 1967: 1263).

No Concílio Lateranense de 1179 (PREVITÉ-ORTON, 1967: 1263), a Igreja recusou a sepultura ao cavaleiro que viesse a falecer nesses torneios (BLOCH, 2001: 318). Na verdade, os torneios eram simulacros da guerra, jogos (DUBY, 1998: 100).

Imagem 3 – Cavaleiros em torneio (*Mêlée*)



Fonte: Museu de Tours. Miniatura florentina. Final do século XIV.

Era uma atividade que acontecia durante muitos dias (COSTA e ZIERER, 2006). Basicamente duas modalidades eram vistas nesses encontros: ao combate singular entre dois cavaleiros dava-se o nome de *justas*, feitas com lanças e espadas. A outra modalidade chamava-se *mêlée*, que era o torneio propriamente dito, onde dois grupos se enfrentavam encarniçadamente (PREVITÉ-ORTON, 1967: 1262). O objetivo final de cada grupo era vencer pela força e apoderar-se do adversário, de seus cavalos e de suas armas (DUBY, 1998: 100). Entretanto, isso não protegia os cavaleiros do risco de morte.

Assim, a relação desta ordem social tanto com outros segmentos sociais quanto entre si foi na maior parte das vezes tensa e violenta (COSTA, 2001-B: 174-186). Frente a essa violência, a Igreja procurou convencer tais cavaleiros a servirem a Deus e manterem a paz na terra ao invés de se destruírem e aterrorizarem as populações (DUBY, 1998: 99). E como a Igreja combateu essa violência proporcionada pelas ações dos *bellatores*?

II. A atuação da Igreja: o processo de cristianização dos cavaleiros

Concomitantemente a essa violência, a Igreja tentou controlar o ímpeto cavaleiresco por meio de dois processos: um interno, outro externo. Primeiro fez da luta que acontecia internamente em território cristão um escândalo e afirmou que, todo aquele que derramava sangue cristão, derramava sangue de Cristo. Em seguida, efetivou um processo de *sacralização da cavalaria*, e fez com que a cerimônia de homenagem e investidura tivesse um caráter transcendental, onde os cavaleiros faziam juramentos na presença de relíquias

sagradas. Foi uma tentativa de imiscuir uma ética cristã na mentalidade cavaleiresca (FLORI, 2002: 185-199).

Assim, nessa mesma direção, elaborou as chamadas *instituições de paz*, e fez com que os cavaleiros jurassem não mais atacar aqueles que não podiam se defender. Era a chamada “Paz de Deus”. Raul Glaber (985-1050), por volta do ano mil, afirmou que os dirigentes da Igreja começaram a reunir os povos em assembléias com a intenção de restabelecer a paz e instituir a Santa Fé. Isso porque todos estavam sob “o efeito do terror das calamidades” das épocas passadas, representadas pelas invasões sarracenas, magiares e normandas (RAUL GLABER, 1986: 163-168).

A esse movimento, acrescentou-se a “Trégua de Deus”. Novamente Raul Glaber exprime a sua opinião contemporânea aos ataques da cavalaria: havia sido concluído um pacto, por medo e por amor a Deus, onde desde quarta-feira à noite até a madrugada de segunda-feira todo ato violento estaria proibido (RAUL GLABER, 1986: 168-169).

Após tentar reorganizar esse grupo violento, a Igreja canalizou toda força desses jovens cavaleiros para as fronteiras e para fora da cristandade, onde a presença dos gentios era marcante e perigosa. Assim, incentivou a recuperação da Terra Santa e a Reconquista das terras espanholas, todas as duas invadidas pelos infieis. A partir de então, todo o cavaleiro que fosse lutar contra os pagãos para libertar o Santo Sepulcro do Senhor seria exaltado e teria seus pecados perdoados. Além disso, os que morressem nesse caminho alcançariam a palma do martírio (FLORI, 2002: 185-199).

Imagem 4 – Batalha de Hastings. Investida da cavalaria normanda contra as forças de Haroldo



Um exército inglês ou saxão desprovido de cavalaria (só utilizavam o cavalo como meio de transporte) que, sob o comando de Haroldo II, sucumbiu diante das 2000 ou 3000 unidades de cavalaria comandadas pelos barões do duque Guilherme, o *Bastardo* (1027-1087) na célebre Batalha de Hastings (14 de Outubro de 1066); (...) A partir de então, e até o século XIV, a cavalaria dominou absolutamente e sem qualquer exceção os campos de batalha da Europa. (...): a técnica da ‘lança em riste’, a carga com a lança em posição horizontal fixa, só possível devido ao emprego do estribo. O controlo (sic) do cavaleiro sobre a sua montada e sobre as suas armas tornou-se total e, daí, o predomínio da cavalaria sobre a infantaria (*Cavaleiros da Idade Média*. 2006: 1-3).

Esse processo realizado pela Igreja representa um momento de transição da cavalaria. Ela passava a ser um instrumento de Cristo na luta contra os infiéis. Agora, a cavalaria era uma instituição militar convertida pela Igreja e seus participantes buscavam a justiça, a defesa dos fracos, a lealdade e a cortesia. Era uma ordem (IOGNA-PRAT, 2002: 305-319), privilegiada por possuir uma responsabilidade (defesa da fé cristã) e uma diferenciação político-econômica (CHACÓN, 2005).

Para entendermos essa mudança de mentalidade, devemos falar também do *Livro da Ordem de Cavalaria* (RAMON LLULL, 2000), escrito por Ramon Llull (1232-1316). Esta obra demonstra uma concepção de cavalaria contemporânea à conquista de Maiorca em 1229. Além disso, será nesse contexto mental que encontraremos a imagem de Jaime I como *rei cavaleiro*.

III. Ramon Llull e o *Livro da Ordem de Cavalaria*

Ramon Llull nasceu e morreu no contexto de Reconquista dos territórios peninsulares. Ele tanto pregou o diálogo inter-religioso, com a intenção de converter os infiéis (RAMON LLULL, 2001), quanto defendeu a Cruzada contra os mesmos (GUICHARD, 2002: 641). Entretanto, foi considerado um pacifista, pois somente no fim de sua vida aceitou a luta armada como forma de impor a verdadeira religião ao infiel (COSTA, 1998: 136). Para ele, o processo de conversão ocorreria não entre a massa das populações muçulmanas, mas sim entre as elites responsáveis pela cultura e pela política (COSTA, 2002: 67-96).

Ramon dedicou-se a muitos livros sobre a luta contra o infiel, uma vez que foi contemporâneo desses acontecimentos. Dentre as várias obras dedicadas a este assunto citamos o *Livro da Passagem* (RAMON LLULL, 2003), o *Livro do Fim* (RAMON LLULL, 2002) e o *Livro da Aquisição da Terra Santa* (RAMON LLULL, 1961). Nelas, Ramon comentou como poderia ser feita a tomada da Terra Santa, como os cristãos poderiam se organizar e como realizariam a retomada dos territórios que um dia foram cristãos (COSTA, 2005).

Entretanto, para tal empresa, algo primordial deveria ser reorganizado: as ordens de cavalaria. Assim, Ramon formulou um livro que demonstrava a vida de um cavaleiro, o funcionamento da ordem e quais eram os seus ideais.

Porém, antes de examinarmos o tratado cavaleiresco de Ramon Llull, devemos saber que a partir de agora entraremos em um mundo distante, longínquo, quase desconhecido se não fossem as fontes existentes sobre essa instituição. Para isso, devemos nos colocar na perspectiva da época para

compreendermos uma mentalidade tão distante e tentarmos nos colocar em uma situação comum com as mesmas.

O *Livro da Ordem de Cavalaria* pretendia demonstrar a importância dos preceitos e valores espirituais, morais e éticos (COSTA, 1997: 231-252). Neste livro, Ramon Llull fez uma análise dos valores religiosos e militares acerca dos exercícios das armas e toda uma idealização da ordem militar dos séculos XIII e XIV (CHACÓN, 2005). Contemplando um conteúdo de tendência missional (COSTA, 1997: 231-252), este tratado era tanto um *projeto civilizador cristão* quanto o registro de um *ideal cavaleiresco* (COSTA, 2001-A: 13-40).

Na verdade, esta obra luliana reflete não apenas um sentido filosófico, mas também histórico, uma vez que faz uma aproximação à sociedade em que Ramon vivia (CHACÓN, 2005). Isso faz dessa composição uma importante fonte histórica para este artigo.

No prólogo, que é um diálogo entre um velho eremita e um esbelto escudeiro aspirante à Cavalaria, Llull destacou o propósito de sua obra: trazer de volta o passado da Cavalaria que estava perdido, necessário para elevar a mesma (COSTA, 2000: 27).

Amabla fiyl – dix lo cavayler – jo són pres de la mort e ms dies no són molts, on, con aquest libre sie fet per retornar la devoció e la leyltat e l'ordonament que cavayler deu aver en tenir son orde, per aysò, bel fil, portats-vos aquest libre a la cort hon enats e mostrats-lo a tots aquells qui volen ésser cavalers novells; gardats-lo, car lo tenits, si amats l'orde de cavaylaria. E con serets adobat a novel cavayler, retornats per aquest loc e digats-me quals són aqueyls qui seran fets novels cavayers e no auran stats hoberdiens a la doctrina de cavaylaria. (RAMON LLULL, 2000: 11).²

O objetivo de Ramon era moralizar e reformar a ordem e transformar o pretendente à mesma em um cavaleiro que possuísse bons costumes e ensinamentos (COSTA, 2001-B: 174-186). Para melhor entendermos isso, podemos observar e analisar o sentido das palavras que o beato catalão escreveu em seu tratado. Pistas de fatos que ocorreram há tempos, as palavras têm o poder de guardar o significado momentâneo dos acontecimentos. Elas

² “Amável filho – disse o cavaleiro – eu estou perto da morte e meus dias não são muitos; ora, como este livro foi feito para retornar a devoção e a lealdade e o ordenamento que o cavaleiro deve ter para manter sua Ordem, por isso, belo filho, levai este livro à corte aonde ides e mostrai-o a todos aqueles que desejam ser novos cavaleiros. Guardai-o e apreciái-o se amais a Ordem de Cavalaria. E quando fordes armado novo cavaleiro, retornai a este lugar e dizei-me quais são aqueles que foram feitos novos cavaleiros e não foram obedientes à doutrina da Cavalaria.”

são as chaves fundamentais para que possamos compreender e nos aproximarmos de algo distante temporalmente.

As palavras centrais que Ramon utiliza para que a cavalaria volte a ser o que era são três. A primeira é devoção, em catalão, *devoció*: ato de dedicar-se ou consagrar-se a alguém imbuído de um sentimento religioso, uma dedicação íntima. A segunda, lealdade, em catalão, *leyaltat*: procedimento de quem é leal, sincero, franco e honesto. A última, ordenamento, *ordonament*: arrumação, ordem.

Todos estes atributos deviam *retornar* às vidas dos cavaleiros, ou seja, deviam ser devolvidos, restituídos, para que os mesmos pudessem manter devidamente sua ordem.

Em uma época em que a situação da cavalaria era decadente, com seus componentes, inclusive reis e príncipes, cometendo perjúrio, luxúria e traições (COSTA, 2000: 27), para Lull era necessário que todas estas qualidades retornassem aos cavaleiros. Entretanto, além de se dedicar às ações guerreiras, os cavaleiros deviam possuir um saber erudito sobre o que significava a Ordem de Cavalaria.

Com! fiyl – so dix lo cavayler – e no saps tu qual és la regla e l’orda de cavayler? E con pots tu demenar cavaylaria tro sàpias l’orde de cavaylaria? Cor negun cavayler no pot mantenir l’orde que no sab, ni pot amar son orde, ni so que pertany a son orde, si no sab l’orda de cavaylaria, ni sap conèxer lo fayliment que fa contra son orde. Ni negun cavayler no deu fer cavayler, so no sap l’orda de cavaylaria, cor desordonat cavayler és qui fa cavayler e no li sap mostrar les custumes qui pertayen a cavayler. (RAMON LLULL, 2000: 9).³

Todo aquele que desejasse fazer parte da Ordem de Cavalaria devia saber o que ela significava. Assim, o aspirante devia ter sapiência, em catalão medieval, *sàpias*. Tal palavra significa ter um conhecimento profundo sobre determinada coisa, um saber erudito. Assim, o cavaleiro que aspirava à Ordem de Cavalaria devia antes saber profundamente o que ela significava e qual era sua função.

Para Ramon, saber o significado da Ordem era importante para quem quisesse ingressar nela. Caso o cavaleiro não soubesse o seu significado, não poderia

³ “Como, filho? – disse o cavaleiro – e tu não sabes qual é a regra e a Ordem de Cavalaria? E como tu podes aspirar à Cavalaria se não tens sapiência da Ordem de Cavalaria? Pois nenhum cavaleiro pode manter a Ordem que não sabe, nem pode amar sua Ordem, nem o que pertence à sua Ordem, se não sabe a Ordem de Cavalaria, nem sabe conhecer as faltas que são contra sua Ordem. Nem nenhum cavaleiro dever armar outro cavaleiro se não conhece a Ordem de Cavalaria, porque desonrado cavaleiro é que faz outro cavaleiro e não sabe lhe mostrar os costumes que pertencem ao cavaleiro.”

manter (*mantenir*, em catalão) a mesma, ou seja, não podia conservá-la, manter seu estado de pertença a Deus. E se não conhecesse a Ordem e o que significava, não saberia também as faltas (em catalão, *failliment*) que seriam contrárias à Ordem, ou seja, aquilo que não poderia cometer como um participante da cavalaria.

Isso fornece respaldo à reclamação de Lull de que a cavalaria estava em um estado decadente, uma vez que havia corrupção em meio aos integrantes da Ordem.

IV. O ofício do cavaleiro no século XIII e a formação inicial de Jaime I como *rei cavaleiro*

Offici de cavayler és mantenir e deffendre la sancta fe cathòlica, per la qual Déu lo Pare trèmes son Fil pendre carn en la verge gloriosa nostra dona sancta Maria, e per la fe a honrar e a montiplicar sofrí en est món molts trebays e moltes ontès e greu mort. On, enaxí con nostro Senyor Déus há elets clergues per mantenir la sancta fe ab Scripturas e ab probacions necessàries, preÿcant aquella als infels ab tant gran caritat que la mort sie a ells desirable, enaxí lo Déu de glòria ha elets cavaylers qui per forsa d'armes vensen e apoderen los infels, qui cade die punyen en lo destruíment de la sancta Sgleya. On, per açò, Déu té honrats en est món e en l'altre aytals cavaylers qui són mantanidors e deffanadors de l'offici de Déu e de la fe per la qual nos avem a salvar. (RAMON LLULL, 2000: 23).⁴

No século XIII, os cavaleiros ainda se lançavam em contendas privadas. Da mesma forma, ainda existiam os torneios. Contudo, o projeto de cristianização do cavaleiro, estabelecido pela Igreja, já havia ocorrido. Agora, um dos pilares da ordem de cavalaria era servir a Cristo. Manter e defender a Santa Fé católica era um dos principais ofícios cavaleirescos segundo Ramon Lull.

A missão desses cavaleiros seria pacificar os homens, manter e defender o cristianismo e vencer os gentios (COSTA, 2001-A: 13-40).

Ciente de que sua missão era fazer a vontade divina, Jaime I demonstrou em suas palavras que suas ações concordavam com a pretensão dos céus. Na

⁴ “Ofício de cavaleiro é manter e defender a santa fé católica pela qual Deus, o Pai, enviou seu Filho para encarnar na virgem gloriosa Nossa Senhora Santa Maria, e para a fé ser honrada e multiplicada, sofreu neste mundo muitos trabalhos e muitas afrontas e grande morte. Daí que, assim como Nosso Senhor elegeu clérigos para manter a Santa Fé com escrituras e com provocações necessárias, pregando aquela aos infiéis com tão grande caridade que até a morte foi por eles desejada, assim o Deus da glória elegeu cavaleiros que por força das armas vençam e submetam os infiéis que cada dia pugnam em destruir a Santa Igreja. Onde, por isso, Deus honrou neste mundo e no outro tais cavaleiros que são mantenedores e defensores do ofício de Deus e da fé pela qual nos havemos de salvar.”

preparação para seu primeiro grande *feito de armas*, a conquista do reino de Maiorca, o rei destacou que antes mesmo de reunir as cortes gerais em Barcelona “volch nostre Seyor que (...) foren ab nós la major partida dels nobres de Cathalunya” à cidade de Tarragona, local onde a nobreza catalã ficou instigada pelas palavras de Dom Pedro Martel, conhecedor do reino de Maiorca, à conquista da ilha (LLIBRE DELS FETS, 1991: cap. 47).⁵

Não podemos esquecer que foi provavelmente durante a sua educação cavaleiresca que Jaime adquiriu os primeiros conhecimentos. Em um primeiro momento, pouco antes de 1213, Jaime permaneceu em Carcassone sob os cuidados de Simon de Montfort (1160-1218), o qual “volch haver amor ab nostre pare, e demanà-li que ns liuràs a ell, car ell nos nodriria.” (LLIBRE DELS FETS, 1991: cap. 5).⁶

Esta é a primeira vez que a palavra *amor* aparece no *Livro dos Feitos*. Ela define a relação entre o senhor e o vassalo, uma *relação de amor*. Além disso, ela representa a base da educação que o filho de um senhor recebia na casa de seu vassalo. Ao se tornar vassalo de Pedro II, Simon de Montfort quis educar, nutrir o filho de seu senhor. Assim, entendemos que esse foi o primeiro momento de formação cavaleiresca de Jaime I.

Porém, com a morte de seus pais, Jaime retornou aos seus naturais por intermédio de Inocêncio III (1198-1216). A partir desse momento, por volta de 1214, logo após ter sido jurado nas cortes de Lérida, Jaime foi novamente iniciado na arte da guerra e na aprendizagem cavaleiresca no Castelo de Monzón, pois pelas palavras do rei “esteguem aquí .II. ayns e mig a .I. Tinent.” (LLIBRE DELS FETS, 1991: cap. 11).⁷

O limiar da vida. Era a idade correta para aprender a ser cavaleiro, aprender o que significava esse ofício. Ao citar um velho provérbio carolíngio, Marc Bloch nos mostrou que isso era fato: “aquele que, sem saber montar a cavalo, ficou na escola até aos doze anos, só serve para ser padre.” (BLOCH, 2001: 308). Pode soar estranho ao nosso entendimento, mas tal atitude era corrente naquela sociedade. Foi provavelmente durante estes anos que Jaime recebeu sua educação cavaleiresca. Sua iniciação nas armas e a aprendizagem da função cavaleiresca se processaram durante os anos iniciais de sua vida.

⁵ “Nosso Senhor quis que (...) a maior partida dos nobres da Catalunha fosse conosco.”

⁶ “quis ter o amor de nosso pai e pediu-lhe que nos entregasse a ele para que ele nos educasse.”

⁷ “Estivemos dois anos e meio entregue a um tenente.”

A ordem escolhida foi a dos Templários. Após sair dos cuidados de Simon de Montfort, o rei afirmou que os nobres

agren cort, can foren en Catalunya, qui ns nodriria. E acordaren-se tots que ns nodrís lo mestre del Temple en Montsó. E son nom d'aquel mestre era En Guillem de Montredon, qui era natural d'Osona e mestre del Temple em Aragó e en Catalunya. (LLIBRE DELS FETS, 1991: cap. 10).⁸

Embora sua regra não permitisse, os templários aceitavam e recrutavam crianças. O aceite ocorria porque essas crianças eram filhas de benfeitores da Ordem. Por exemplo, Guilherme VI de Montpellier (1102-1162), ao fazer seu testamento, legou a herança ao primogênito e destinou o primeiro dos secundogênitos para ser educado pelos irmãos do Templo: “Confio meu filho Gui para ser educado aos cuidados e guardas da casa da Cavalaria do Templo e dos irmãos do Templo, e peço que o adotem a partir da próxima festa, no ano citado, por seis anos.” (DEMURGER, 2002: 84-85).

Assim, podemos conjecturar que, devido a sua *educação templária*, Jaime foi iniciado no ofício de cavaleiro, que nas palavras de Ramon Llull era “manter e defender a santa fé católica.” (RAMON LLULL, 2000: 23). Dessa forma, sua curta passagem pela tutela dos Templários representa o segundo momento que o rei recebeu uma educação cavaleiresca.

Não podemos esquecer outro fator que fez com que Jaime aprendesse seu ofício: o contexto em que nasceu e viveu: a retomada dos territórios cristãos ocupados pelos sarracenos. Isso provavelmente influenciou muito a construção do dever de cavaleiro na concepção de Jaime. Dessa forma, seu aprendizado cavaleiresco ocorreu ao longo de sua vida e Maiorca foi seu primeiro grande *feito de armas* a serviço de Deus.

A defesa da Santa Fé, função cavaleiresca, já havia sido destacada desde os tempos de São Bernardo de Claraval (1090-1154), que escreveu o sermão *De laude novae militiae* (SÃO BERNARDO). Este tratado foi uma das fontes do desenvolvimento do ideal da cavalaria (PREVITÉ-ORTON, 1967: 1261), principalmente porque foi feita uma separação entre *militia* e *malitia* (GRABOIS). Na visão do monge de Claraval, estes soldados eram considerados instrumentos de Deus para castigar os malfeitores e defender os justos (SILVA, 2001: 14).

⁸ “Acordaram quando estiveram em Catalunha quem nos educaria, e todos concordaram que quem nos educaria seria o mestre do Templo em Monzón. O nome daquele mestre era Dom Guilherme de Montredon, natural de Osona e mestre do Templo em Aragão e Catalunha.”

Imagem 5 – São Bernardo, em uma iluminura medieval



In: RILEY-SMITH, Jonathan (ed.). *The Oxford Illustrated History of the Crusades*. Oxford, 1995, p. 245. (Oxford, MS, 49 folio 162r). Ao distinguir *militia* de *malitia*, São Bernardo lançou as bases da cavalaria medieval, a cavalaria de Cristo, a qual lutaria contra os infiéis para a reconquista da Terra Santa e dos lugares cristãos que estavam sob domínio muçulmano.

Nas palavras de Ramon Llull, os dois ofícios mais nobres e mais honrados eram o de clérigo e o de cavaleiro, pois os dois mantinham a Santa Fé. Os clérigos, com a palavra. Os cavaleiros, com as armas. E era com a força deste instrumento que Ramon propôs aos cavaleiros que vencessem e submetessem os infiéis que se empenhavam em destruir a Santa Igreja.

O período inicial do reinado de Jaime I foi muito conturbado. *Partidas* de nobres lutavam entre si para tomar as terras e obterem o controle do reino. Tanto que, logo após sua saída do castelo de Monzón, Jaime nos narrou seus princípios nas armas:

E nós exim, sus em l'alba, de Montsó. E, quant fom al pont, esperà'ns la companya, e dixeren-nos que 'l comte Don Sanxo era en Selgua ab tot som poder e que 's combatria ab nós. E nós ladonchs no haviém mas, .IX. ayns, e per temor de la batayla que cuidàvem haver .I. cavaler prestà'ns .I. gonió leuger que ns vestissem. E aço fo 'l nostre començament de les primeres armes que nós presem. (LLIBRE DELS FETS, 1991: cap. 14).⁹

⁹ “Nós saímos de Monzón ao alvorecer. E quando chegamos à ponte, a comitiva que nos esperava nos disse que o conde Dom Sancho estava em Selgua com todo o seu poder, e que nos combateria. Nós tínhamos então somente nove anos e, por causa do temor da batalha que pensávamos entrar, um cavaleiro nos emprestou uma loriga para que nos vestíssemos. Esse foi nosso princípio nas primeiras armas que vestimos.”

Com nove anos de idade, o primeiro *feito de armas*. Ainda jovem, Jaime teve de enfrentar os problemas de seu reino. Problemas que muitas vezes se desenrolavam em batalhas. É dentro desse contexto que devemos entender a formação da imagem de Jaime I como um *rei cavaleiro*: ela se constrói aos poucos diante dos nossos olhos, lentamente, a cada capítulo, a cada recordação que o rei nos conta em seu livro.

Eis o terceiro e mais importante momento que Jaime recebeu uma educação cavaleiresca: a ocasião em que voltou para seus *naturais*, a entrada no reino de Aragão. Foi dentro desse contexto que Jaime I se formou como *rei cavaleiro*, que lutou e adquiriu experiência nas armas, que se preparou para a conquista e reconquista de Maiorca: uma *conquista* para o reino catalão-aragonês, uma *reconquista* para o reino dos céus.

Mesmo neste contexto conturbado, não esqueçamos que esses cavaleiros tinham uma aptidão guerreira. Pertenciam de corpo e alma à essa vocação. Para eles, a guerra era uma razão de viver (COSTA, 2004: 73-94).

Tant és noble cosa offici de cavayler, que cascú cavayler deuria ésser senyor e regidor de terra; mas, per los cavaylers, que són molts, no basten les terras. E, a significar que .I. Déu és senyor de totes coses, emperador deu ésser cavayler e senyor de tots cavaylers; mas, cor emparador no poria per si mateix règer tots los cavaylers, cové que haja desots si reys qui sien cavaylers, per tal que li ajuden a mantenir l'orde de cavaylaria. E los reis deuen aver dejús si comptes, compadors, varvesors, e axí dels altres graus de cavaylaria; e dejús aquests graus deuen ésser los cavaylers de .I. scut, los quals sien governats e possehits per los graus de cavaylaria demunt dits (RAMON LLULL, 2000: 27).¹⁰

O ofício de cavaleiro era coisa muito nobre. Mas nem todo cavaleiro foi um nobre na Idade Média. Pensa-se que a cavalaria foi uma continuação da nobreza de fins do Império Romano (GÉNICOT, 2002: 279-291). Mas, segundo Flori, não podemos associar esta nobreza à ordem dos *milites* que foi definida em meados do ano mil (FLORI, 2005: 115).

¹⁰ “Tanto é nobre coisa o ofício de cavaleiro que cada cavaleiro deveria ser senhor e regedor de terra; mas, para os cavaleiros, que são muitos, não basta as terras. E, para significar que um só Deus é senhor de todas as coisas, o imperador deve ser cavaleiro e senhor de todos os cavaleiros; mas, porque o imperador não poderia por si mesmo manter e reger todos os cavaleiros, convém que tenha abaixo de si reis que sejam cavaleiros, para que o ajudem a manter a Ordem de Cavalaria. E os reis devem haver abaixo de si condes, condores, varvesores, e assim os outros graus de Cavalaria; e debaixo destes graus devem estar os cavaleiros de um escudo, os quais sejam governados e possuídos pelos graus de Cavalaria acima ditos.”

Caso tenha ocorrido alguma fusão entre esses dois grupos, deve-se considerar que ela foi mais ou menos rápida e mais ou menos completa de acordo com as regiões, de acordo com as épocas e de acordo com o plano jurídico, social e político. Nas regiões impregnadas de romanidade, essa junção ocorreu mais cedo. Nas regiões do norte europeu, onde a noção hierárquica e gradual permaneceu viva, os *generes nobiles* resistiram mais tempo à invasão dos *milites* (GÉNICOT, 2002: 279-291).

Entretanto, foi somente no século XIII que a nobreza se constituiu como um corpo hereditário e reservou para si o porte das armas (BLOCH, 2001: 143).

Ao reconstituir a evolução do sentido da palavra *miles* na região da Borgonha, Georges Duby percebeu que entre 1032 e 1100 este vocábulo, que antes designava somente a superioridade social do vassalo, passou a definir toda a aristocracia laica (DUBY, 1989: 23-24). Tal processo se difundiu para outras regiões da Europa e já no século XIII a cavalaria estava associada à nobreza detentora de terras (COSTA, 2001-B: 174-186).

Outros autores afirmam que em algumas localidades tal associação jamais foi completa. Por exemplo, no Sacro Império Romano Germânico a cavalaria se manteve como um estrato dependente e diferenciado da nobreza (PACAUT, s/d, 374). Já em Portugal, os cavaleiros faziam parte da mais baixa nobreza (MATTOSO, s/d: 176). Isso confirma que este grupo não escapou a variações e peculiaridades próprias de acordo com as regiões (PREVITÉ-ORTON, 1967: 1261).

É fato que a cavalaria foi um grupo que se cristalizou (IOGNA-PRAT, 2002: 305-319), e conservou tanto sua vocação militar quanto suas ambições políticas (GÉNICOT, 2002: 279-291). A cavalaria não substituiu a nobreza: na verdade ela passou a fazer parte desta, mas com uma função guerreira (FLORI, 2005: 118).

No caso dos cavaleiros do reino de Jaime, podemos afirmar que estes formavam uma nobreza. Os termos utilizados pelo rei para se referir aos seus homens são *ricos-homens* e barões. O termo *rico-homem* significava, tanto em Castela quanto em Aragão, “poderoso”. Já o termo barão (que indicava genericamente não o título nobiliárquico, mas o homem nobre) estava no último lugar da hierarquia feudal catalã (barão, marquês, duque e conde) (*Diccionari català-valencià-balear*). Portanto, tais cavaleiros faziam parte da nobreza local.

Todo cavaleiro devia ter sua *cavalaria*, ou seja, o dia oficial em que se formava cavaleiro. Assim como todo cavaleiro, Jaime passou pela sua, um dia

inesquecível na vida de qualquer aspirante à ordem: “E fo la nostra cavaleria en Sancta Maria de la Orta, de Teraçona, que, oÿda la missa de Sent Esperit, nos ceynim la espasa que prenguem de sobre l’altar. E podíem laora haver .XII. ayns complits e entràvem en lo .XIII., (...)” (LLIBRE DELS FETS, 1991: cap. 19).¹¹

A cerimônia de iniciação à cavalaria do rei Jaime I ocorreu em um âmbito religioso, cristianizado. Ao ser realizado nesse local, o ato de tornar-se cavaleiro se tornava transcendente, coberto por uma áurea. Não era um cavaleiro que seria nomeado, mas um *Cavaleiro de Cristo*, que iria compor o exército cristão contra os infiéis. Ao ser nomeado cavaleiro na casa de Deus, Jaime ficou ciente de que devia protegê-la a todo custo.

Havia uma preparação para tal cerimônia. Escutava-se uma missa, momento em que Cristo se fazia presente através da comunhão e onde o cavaleiro podia eximir-se dos seus pecados. Ele devia estar purificado de tudo para receber esta ordem e serviria de exemplo, tanto para seus iguais quanto para os que iria defender.

Desse modo, vemos que a cavalaria de Jaime aconteceu bem depois que ele havia iniciado sua preparação. Provavelmente por volta dos seis anos ele iniciou seus treinamentos e por volta dos doze ou treze, como o próprio rei nos disse, tornou-se cavaleiro.

Esses momentos iniciais de Jaime I com rei cavaleiro foram somente uma *aprendizagem inicial no mundo das armas*, pois a experiência apenas viria durante a sua vida. E seu grande momento de aplicação dos conhecimentos cavaleirescos foi Maiorca, seu *primeiro grande feito de armas*.

V. Conclusão

Com a cavalaria medieval, podemos nos aproximar e compreender melhor como se formou essa ordem. Além disso, vemos como mudaram seus pensamentos e atitudes com a interferência da Igreja. Entretanto, essa aproximação da Igreja perante os cavaleiros não surtiu muito efeito, pois as contendas privadas e os torneios continuaram mesmo depois do processo de conversão dos *bellatores*.

¹¹ “Nossa cavalaria aconteceu em Santa Maria de Huerta, em Tarragona. Ouvida a missa do Espírito Santo, cingimos a espada que tomamos do altar. Podíamos ter então doze anos completos, entrando no décimo terceiro ano (...)”

Além disso, observamos também como o rei Jaime I foi iniciado no processo cavaleiresco, basicamente em três momentos: durante a sua tutela sob Simon de Montfort, durante sua segunda tutela sob os Templários e depois do seu retorno para seu reino, onde ficaria em meio aos seus *naturais*.

Apesar do *Livro dos Feitos* não nos dar pistas mais esclarecidas sobre esse momento da formação de Jaime, podemos fazer uma aproximação de como provavelmente teria sido essa formação durante os primeiros anos do *rei menino*, que depois dos treze anos se tornou um *rei cavaleiro*. Essa formação é mais uma demonstração da precocidade do rei Jaime I, que conquistou Maiorca com aproximadamente vinte e um anos.

Fontes

- ADALBERÓN DE LAON. Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: UNESP, 2000.
- AFONSO X, o Sábio. Las Siete Partidas, (II, t. XXI), p. 70. PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: UNESP, 2000.
- JACQUES DE VITRY. AD POTENTES ET MILITES. Apud LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- Llibre dels Fets del Rei En Jaume* (a cura de Jordi Bruguera). Barcelona: Editorial Barcino, 1991.
- RAMON LLULL. *Darrer Llibre sobre la conquesta de Terra Santa* (Introd. De Jordi Gayà; trad. de Pere Llabrés). Barcelona: Clàssics del Cristianisme 91. Facultat de Teologia de Catalunya / Fundació Enciclopèdia Catalana, 2002.
- RAMON LLULL. *O Livro da Ordem de Cavalaria*. São Paulo: Editora Giordano, 2000.
- RAMON LLULL. *O Livro do Gentio e dos Três Sábios (1274-1276)*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- RAIMUNDI LULLI. OPERA LATINA. Vol. XXVIII, p. 328-331. *Liber de sancta Maria in Monte Pessulano anno MCCXC*. Editerunt Blanca Gari et Fernando Dominguez Reboiras (*Corpus Christianorum. Continuatio mediaevalis CLXXXII*), Turnhout: Brepols Publishers, 2003.
- RAUL GLABER. Les cinq livres de ses histoires (900-1044). Prou, M. (Ed.). Paris, 1886. Apud DUBY, Georges. *O Ano Mil*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- SÃO BERNARDO. DE LAUDE NOVAE MILITIAE AD MILITES TEMPLI LIBER. D <<http://www.binetti.ru/bernardus/15.shtml>>.
- Studia Orientalia Christiana*. Collectanea 6 (P. Eugene Kamar, OFM). Edizioni del Centro Franciscano di Studi Orientali Christiani. Cairo, 1961, p. 103-131.

Bibliografia

- BEJDER, Maria Silveira. A disputa entre *Bellatores* e *Oratores* na Castela do século XIII. In: *Atas da III Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ*. Rio de Janeiro, p. 111-117, 1995.
- BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: LE GOFF, Jacques. & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval I*. Bauru, São Paulo: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 473-487.

- Cavaleiros da Idade Média*. Volume 1. Barcelona: Editorial Planeta De Agostini, 2006.
- CHACÓN, Jorge Maíz. La argumentación filosófica del Caballero medieval. El modelo e ideal luliano en el Libro del Orde de Cavaleria. COSTA, Ricardo da. TÓRRES, Moisés Romanazzi e ZIERER, Adriana. *Mirabilia – Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval*, n° 05, 2005. Disponível em: <<http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num5/art4.htm>>. Acesso em: 05/02/2008.
- COSTA, Ricardo da. A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro no *Livro da Ordem de Cavalaria* (1275) de Ramon Llull – Segunda Parte. In: FIDORA, A. e HIGUERA, J. G. (eds.) *Ramon Llull caballero de la fe. Cuadernos de Anuario Filosófico – Série de Pensamiento Español*. Pamplona: Universidad de Navarra, 2001-A, p. 13-40. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/pub/cavaperf2.htm>>. Acesso em: 15/02/2008.
- COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média*. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.
- COSTA, Ricardo da. A violência da cavalaria medieval e o processo civilizador dos oratores. *Dimensões – Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.º 13, 2001-B, p. 174-186.
- COSTA, Ricardo da. Amor e Crime, Castigo e Redenção na Glória da Cruzada de Reconquista: Afonso VIII de Castela nas batalhas de *Alarcos* (1195) e *Las Navas de Tolosa* (1212). OLIVEIRA, Marco A. M. de (org.). *Guerras e Imigrações*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004, p. 73-94.
- COSTA, Ricardo da. Apresentação. In: RAMON LLULL. *O Livro da Ordem de Cavalaria*. São Paulo: Editora Giordano, 2000.
- COSTA, Ricardo da. Muçulmanos e Cristãos no diálogo luliano. In: *Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*. Madrid, v. 19, p. 67-96, 2002. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/pub/muculmanos.htm>>. Acesso em: 15/02/2008.
- COSTA, Ricardo da e ZIERER, Adriana. Os torneios medievais. *Palestra proferida no III Congresso de História – Jornadas de História Antiga e Medieval*, organizado pelo Centro Acadêmico de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no dia 25 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/pub/torneios.htm>>. Acesso em: 16/02/2008.
- COSTA, Ricardo da. Ramon Llull (1232-1316) e o modelo cavaleiresco ibérico: o Livro del Orde de Caballería. *Revista Mediaevalia. Textos e Estudos*, 11-12, 1997, p. 231-252. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/pub/model.htm>>. Acesso em: 15/02/2008.
- COSTA, Ricardo da. Ramon Llull, la cruzada y las órdenes militares de caballería. Conferência proferida no *Seminário Cristianisme i l'islam – el cas de Tortosa i Tartous a la Mediterrània*, evento organizado pela *Facultat de Ciències Jurídiques i Polítiques da Universitat Internacional de Catalunya* (UIC), Barcelona, no dia 03 de outubro de 2005. Apoio: Agència de Gestió d'Ajuts i de Recerca de la Generalitat de Catalunya. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/pub/lacruzada.htm>>. Acesso em: 15/02/2008.
- COSTA, Ricardo da e NUNES, Daniele Werneck. As funções sociais e políticas do bom cavaleiro no Livro da Ordem de Cavalaria (c. 1279-1283) de Ramon Llull. COSTA, Ricardo da. TÓRRES, Moisés Romanazzi e ZIERER, Adriana. *Mirabilia – Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval*, n° 05, 2005. Disponível em: <<http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num5/art9.htm>>. Acesso em: 05/02/2008.
- DEMURGER, Alain. *Os cavaleiros de Cristo: as ordens militares na Idade Média* (sécs. XI-XVI). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- Diccionari català-valencià-balear*. Disponível em: <http://dcvb.iecat.net>.
- DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

- DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- DUBY, Georges. *O Ano Mil*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- FERNANDEZ, Eminio Mitre. *História del Cristianismo II. El mundo medieval*. Madrid: Editorial Trotta. Universidad de Granada, 2004.
- FLORI, Jean. *A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005.
- FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques. & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval I*. Bauru, São Paulo: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 185-199.
- GÉNICOT, Léopold. Nobreza. In: LE GOFF, Jacques. & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval II*. Bauru, São Paulo: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 279-291.
- GRABOIS, Areyh. Militia and Malitia: The Bernardine Vision of Chivalry. In: *De Re Militari – The Society for Medieval Military History*. Disponível em: <<http://www.deremilitari.org/resources/articles/grabois.htm>>. Acesso em: 20/02/2008.
- GUICHARD, Pierre. Islã. In: LE GOFF, Jacques. & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval I*. Bauru, São Paulo: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 633-648.
- IOGNA-PRAT, Dominique. Ordem. In: LE GOFF, Jacques. & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval II*. Bauru, São Paulo: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 305-319.
- LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 1. Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MATTOSO, J (dir). *História de Portugal – Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, Volume I, s/d.
- PACAUT, M. A Europa românica ou o tempo das primeiras sementeiras – meados do século X a meados do século XII. In: LIVET, Georges e MOUSNIER, Roland. *História Geral da Europa I*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- PERNOUD, Régine. *Luz sobre a Idade Média*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- PREVITÉ-ORTON, C. W. *Historia del Mundo en la Edad Media*. Barcelona: Editorial Ramon Sopena, S. A., 1967.
- SILVA, Pedro. *História e Mistérios dos Templários*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- ZIERER, Adriana M. S. *Paraíso, Escatologia e Messianismo em Portugal à época de D. João I*. 2004. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (Uff), Niterói, 2004.